



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados em confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, devendo a contratada atender as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

1.2.1 A contratação direta encontra amparo no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/21, art. 7º da IN SEGES/ME Nº 65/21, e art. 9º da IN TRE-RO Nº 09/2022 e destina-se à prestação de serviços ao Centro de Memória do TRE-RO.

1.2.2 DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

1.2.2.1 Visando a substituição de duas galerias e a implantação de outras duas segue o detalhamento dos bens e serviços que deverão ser prestados da forma que segue:

Item	Serviço/produto	Quantidade
1	<p>1. Confecção de quadros para as galerias de autoridades do TRE-RO, contendo:</p> <p>1.1 moldura preta caixa alta de 2cm largura (por fora) medindo 31,5cm x 41cm;</p> <p>1.2 moldura dourada de 3cm de largura (parte de dentro) medindo 28,5cm x 38cm;</p> <p>1.3 vidro incolor que não mancha a revelação fotográfica medindo 28,5cm x 38cm (parte de trás do quadro:</p> <p>1.4 foam bord (material anti-mofo e leve) medindo 23,5cm x 33cm;</p> <p>O prazo de entrega/instalação será de 45 dias.</p> <p>A contratada deverá apresentar modelo dos quadros no prazo de cinco dias uteis após empenho/contrato para aprovação.</p> <p>Obs. será permitida a variação de medidas em 0,5cm, adequando-se à impressão imagens citada no item 2.</p>	120
2	<p>2. Serviço de impressão de imagens revelada no papel fotográfico medindo 23,5cm x 33cm.</p> <p>O prazo de entrega/instalação será de 45 dias;</p>	100



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	3. Confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE PRESIDENTES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.12m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
4	4. Confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE CORREGEDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.48m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
5	5. Confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE DIRETORES DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.98 de largura x 29cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
6	6. confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE OUVIDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.57m de largura x 10cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1

1.2.2.2 A execução da contratação ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global.

1.3. Demais regras das condições e especificações da solução:

1.3.1 DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO

1.3.1.1 Os objetos produzidos deverão ser instalados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4. DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

1.4.1 A equipe do Tribunal auxiliará a contratada que poderá realizar vistoria nas dependências do edifício sede do TRE-RO, para perfeito conhecimento e compreensão da dimensão do trabalho envolvido na elaboração dos serviços e produtos a serem contratados. O agendamento deverá ser encaminhado para o email cgm@tre-ro.jus.br ou pelo telefone (69) 3211-2094

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no evento SEI [1061453](#) (Processo [0000150-50.2022.6.22.8000](#)) - Grupo de despesas de custeio - Despesa suplementada no valor de R\$50.000,00 (cinqüenta mil reais), que trata da 2ª fase de suplementação do orçamento.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Contratação de forma direta por dispensa tradicional de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21;

3.2 A contratação visa a padronização das Galerias das autoridades do TRE-RO e sua complementação de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020. Visa, ainda, o aprimoramento da gestão da memória eleitoral brasileira e institucional por meio da pesquisa, identificação, coleta, registro, tratamento técnico, conservação, restauração, preservação, produção de conteúdo, divulgação de acervos e do patrimônio histórico da Justiça Eleitoral, consubstanciado na implementação efetiva na Política de Acervos nos termos dos arts. 44 e 46 da Lei n. 11.904/2009, e cumprimento dos critérios e requisitos propostos na Resolução CNJ n. 324/2020, além dos instrumentos necessários à efetiva gestão da memória também publicados pelo CNJ a exemplo do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário.

3.3 Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.1 Documento de Formalização da Demanda - evento SEI 1065064;

3.3.2 Cotação de Preços Nº SEPM 1/2023 - Evento SEI [1066394](#);

3.3.3 Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC [1066368](#).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1. Somente poderão participar desta cotação de preços empresas que apresentam:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

4.2 Não poderá participar direta ou indiretamente desta cotação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.3 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.4 A participação na cotação de preços implica em conhecimento e aceitação das regras a ela inerentes.

4.5 A proposta de preços da contratada vincula-se a este contrato independentemente de transcrição.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO]

5.1 Os requisitos da contratação e a condições indispensáveis para esta locação atender à pretensão contratual, encontram-se no teor deste TR e nas propostas apresentadas nas Cotações de Preços inclusas nos eventos [1065999](#), [1066014](#), [1066020](#) e [1066022](#);

5.1 O fornecimentos será de acordo com as cotações de preços citadas no item 5.1.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A contratação em tela não trará impactos no aspecto da sustentabilidade, dada a natureza dos serviços a serem prestados, bem como em razão das estruturas de madeira que serão utilizadas serem provenientes de reflorestamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2 Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Prazos e Condições:

7.1.1 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21 e as regras desta Cotação de Preços constarão no Termo de Referência;

7.1.2 As condições de habilitação exigidas na Cotação de Preços serão verificadas de ofício, por meio de certidão on-line, em especial quanto à regularidade perante o a Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho;

7.1.3 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária;

7.1.4 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

7.1.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária;

7.1.6 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os proponentes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 90 da Lei n. 14.133/21), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado;

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.2 Emitir a Nota de Empenho conforme necessidade da Unidade requisitante, desde que haja disponibilidade orçamentária, respeitando-se o limite mínimo por pedido informado na Cotação de Preços;

7.2.3 Efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pelo fiscal do item ou pela unidade solicitante do bem;

7.2.4 Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, conforme esta Cotação de Preços e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais;

7.2.5 Notificar a contratada acerca de eventual recusa de material, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal da contratação;

7.2.6 Efetuar o pagamento conforme disposto nesta Cotação de Preços;

7.2.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços e, em caso de inadequação dos serviços, comunicar imediatamente a contratada para refazer/complementar os produtos entregues, a qual deverá apresentar novo produto para apreciação do gestor;

7.2.8 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

7.2.9 Receber os serviços, por meio do gestor do contrato, verificando-se a conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato, certificando as notas fiscais da prestação dos serviços

7.2.10 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

7.2.11 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória;

7.2.12 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe se tratar de conta corrente ou conta poupança;

7.2.13 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

7.2.14 Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.15 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

7.2.16 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = \frac{I}{Na} \times N \times VP$$

qual: Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.17 A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

7.2.18 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1 Além de cumprir e fazer cumprir todas as disposições desta Cotação de Preços, da proposta e da legislação correlata, obriga-se a Contratada:

7.3.2 Cumprir todas as obrigações de especificações do objeto e prazo informados no item 2 deste termo de referência, bem como os prazos e obrigações.

7.3.3 Instalar os materiais resultantes da prestação de serviços, transportando-os devidamente acondicionados, evitando-se avarias durante seu transporte e armazenamento. O material não instalado deve ser entregue na Seção de Almoxarifado deste Tribunal, no endereço: Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, CNPJ 04.565.735/0001-13, Porto Velho/RO. A entrega deve ser previamente agendada no telefone: (69) 3211-2092 / 2051/2000 e deverá ser realizada em dia útil, dentro do horário de expediente;

7.3.4 Substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

7.3.5 Recolher, a suas expensas, o material recusado e devidamente substituído;

7.3.6 Solicitar, se necessário, prorrogação do prazo de instalação e entrega, substituição ou recolhimento de materiais;

7.3.6.1 O pedido de prorrogação somente será apreciado se apresentado dentro do prazo originariamente estipulado para o cumprimento da obrigação;

7.3.6.2 O pedido de prorrogação deverá ser devidamente justificado e acompanhado de elementos de comprovação com robustez suficiente para comprovar o impedimento do cumprimento do prazo inicial;

7.3.6.3 O pedido de prorrogação deve ser dirigido à Comissão de Gestão da Memória Eleitoral do TRE/RO, unidade competente para decidir acerca desses requerimentos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

7.3.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões do objeto do presente Termo de Referência, que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.

7.3.9 Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

7.3.10 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;

7.3.11 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.12 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

7.3.13 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

7.3.14 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, hospedagem, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

7.3.15 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.16 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.17 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

7.3.18 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Everaldo Cardoso Lopes	1º Secretária da Comissão de Gestão da Memória do TRE-RO - Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM	Gestor - Solicitante	CGM-TRE-RO
Marcelo Silva Marinho	2º Secretária da Comissão de Gestão da Memória do TRE-RO - Coordenador de Jurisprudência e Documentação - CJD	Fiscal Administrativo	CGM-TRE-RO

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1 O Gestor do contrato ficará responsável por:

8.2.1.2 Solicitação da Nota de Empenho informando os quantitativos de acordo com o pedido mínimo informado na Cotação;

8.2.1.3 Atestar se os produtos estão de acordo com as especificações e comunicar à Seção de Patrimônio para emissão de Termo de Recebimento Definitivo e pagamento da nota fiscal/fatura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais. Controlar prazos e indicadores contratuais;

8.2.1.4 Notificar a contratada acerca de eventual recusa de material, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO, seguindo o rito informado na IN 09/2021 TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.1.5 Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

8.2.1.6 Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;

8.2.1.7 Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.2.2 O Fiscal Administrativo do contrato ficará responsável por:

8.2.2.1 Conferir o cumprimento de prazos contratuais;

8.2.2.2 Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;

8.2.2.3 Conferir documentação exigida no contrato;

8.2.2.4 Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;

8.2.2.5 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1 O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail e telefonemas diretamente com o profissional contrato, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	sepm@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	sepm@tre-ro.jus.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

10. REAJUSTE CONTRATUAL e CLÁUSULAS CONTRATUAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1 Poderá haver alteração unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

10.2 A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

10.3. O índice aplicável para fins de reajuste será o IPCA, aplicável para correção de preços a partir de 12 meses da data de apresentação da proposta.

10.4 Quanto ao prazo de execução, a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços após a assinatura da nota de empenho e devolução, no prazo previsto do item 5.1.3 sendo este marco temporal adotado como data-base para cumprimento do objeto e efetiva disponibilização dos serviços.

10.5 Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor total estimado para a contratação é de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos).

11.2 O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento SEI [1066368](#).

11.3 A proposta vencedora foi a apresentada pela empresa Vinil Decor Molduraria e Comércio Ltda., consoante proposta juntada no evento SEI [1066014](#).

				Vinil Decor Molduraria e Comércio Ltda. - evento SEI 1065999		Elisnei Adam Santos Costa - ME - evento SEI 1066014 - Ver observação		SP Santos Decorações Ltda - ME - evento 1066020		Artevidro Com. LTDA - evento SEI 1066022	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

M		ECIME NTO	AL	ITÁ RIO	TO TA L	ITÁ RIO	TO TA L	ITÁ RIO	TO TA L	ITÁ RIO	TO TA L
1	Confecção de quadros para as galerias de autoridades do TRE-RO, contendo: 1.1 moldura preta caixa alta de 2cm largura (por fora) medindo 31,5cm x 41cm; 1.2 moldura dourada de 3cm de largura (parte de dentro) medindo 28,5cm x 38cm; 1.3 vidro incolor	Unidade	120	R\$ 178 ,10	R\$ 21. 37 2,0 0	R\$ 178 ,60	R\$ 21. 43 2,0 0	R\$ 198 ,50	R\$ 23. 82 0,0 0	R\$ 212 ,50	R\$ 25. 50 0,0 0

[illegible]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de cinco dias úteis após empenho/contrato para aprovação. Obs. será permitida a variação de medidas em 0,5cm, adequando-se à impressão imagens citada no item 2..										
2	Serviço de impressão de imagens revelada no papel fotográfico medindo 23,5cm x 33cm. O prazo de entrega/	Unidade	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00	R\$ 15,00	R\$ 1.500,000	R\$ 18,90	R\$ 1.890,00	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	instalação será de 45 dias;										
3	Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE PRESIDENTES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.12m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais	Unidade	1	R\$ 1.1 34,90	R\$ 1.1 34,90	R\$ 1.6 45,80	R\$ 1.6 45,80	R\$ 1.3 49,00	R\$ 1.3 49,00	R\$ 2.9 28,00	R\$ 2.9 28,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	medind o 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/ instalaç ão será de 20 dias;										
4	Confecç ão e instalaç ão de identific ação de letras (GALE RIA DE CORRE GEDO RES) em acrílico de 10mm de espessu ra, preto black piano na fonte Trajan Pro confor me	Unidad e	1	R\$ 1.2 65, 85	R\$ 1.2 65, 85	R\$ 2.1 34, 00	R\$ 2.1 34, 00	R\$ 1.4 96, 00	R\$ 1.4 96, 00	R\$ 3.5 70, 00	R\$ 3.5 70, 00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	layout apresentado, medindo total de 3,48m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/ instalação será de 45 dias;										
5	Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE DIRETORES	Unidade	1	R\$ 1.330,56	R\$ 1.330,56	R\$ 1.476,00	R\$ 1.476,00	R\$ 1.425,00	R\$ 1.425,00	R\$ 2.798,00	R\$ 2.798,00

[illegible]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	entrega/ instalação será de 20 dias;										
6	confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE OUVIDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.57m de largura x 10cm de altura, Letras iniciais medindo	Unidade	1	R\$ 303 ,77	R\$ 30 3,7 7	R\$ 724 ,00	R\$ 72 4,0 0	R\$ 518 ,00	R\$ 51 8,0 0	R\$ 2.4 80, 00	R\$ 2.4 80, 00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	o 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/ instalação será de 20 dias;										
				TO TA L GE RA L	R\$ 27. 40 7,0 8	TO TA L GE RA L	R\$ 28. 91 1,8 0	TO TA L GE RA L	R\$ 30. 49 8,0 0	TO TA L GE RA L	R\$ 43. 52 6,0 0

Obs.: Elisnei Adam Santos Costa - ME - cotação no evento SEI [1066014](#), não poderá ser habilitada em razão das informações disponíveis não serem suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS, bem como as informações na Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 09.202.639/0001-24 São insuficientes para a emissão de certidão por meio da Intenet.

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1 A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ordinário	Galerias de homenagens a autoridades da Justiça Eleitoral em RO	PI ADM EVENTO	R\$ 50.000,00
Total a ser executado			R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos)

12.2 Disponibilização orçamentária informada no evento SEI [1061453](#) (Processo [0000150-50.2022.6.22.8000](#)) - Grupo de despesas de custeio - Despesa suplementada no Valor de R\$50.000,00.

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**FORMA DE SELEÇÃO**

Dispensa de Licitação:

☐ por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica;☒ Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:

A contratação será processada por dispensa de licitação, art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com os fornecedores especializados no ramo do produto.

Os preços foram pesquisados no comércio local conforme preceitua o art. 3, I, art. 21, VI, da Resolução CNJ 400/2021, que determina aos órgãos do Poder Judiciário o fomento à produção e comércio locais e redução na emissão de gases de efeito estufa que os transportes de longa distância ocasionam.

Buscando a mão-de-obra local foram contatados quatro empresas prestadoras dos serviços objeto da contratação na cidade de Porto Velho, os quais apresentaram Cotação, sendo que uma das participantes, Elisnei Adam Santos Costa - ME - cotação no evento SEI [1066014](#), não poderá ser habilitada em razão das informações disponíveis não serem suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS, bem como as informações na Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 09.202.639/0001-24 São insuficientes para a emissão de certidão por meio da Intenet.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO☒ Menor preço global☐ Menor preço por item☐ Maior desconto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

() Outro:

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Para participação e habilitação da participante exigir-se-á prova de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, seguridade social e FGTS e prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho.

14.1.2 De forma complementar, a Administração Contratante poderá efetuar consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas), CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e TCU (Cadastro de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal), além de outras fontes.

14.1.3. Por celeridade, esta Administração efetuou a consulta da regularidade fiscal nos respectivos sites oficiais da Internet, conforme consta dos eventos [1066003](#), [1066015](#), [1066021](#) e [1066014](#).

14.1.4 A futura contratada obriga-se a manter as condições de habilitação durante todo o contrato.

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor: será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

14.3 Da qualificação técnica: será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1 SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

14.1.1 Advertência: pelo cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

15. Anexos:

15.1 Cotações de Preços nos eventos [1065999](#), [1066014](#), [1066020](#) e [1066022](#);

15.2 Certidões negativas nos eventos [1066003](#), [1066015](#), [1066021](#) e [1066023](#);

15.3 Documento de Formalização da Demanda no evento [1069182](#);

15.4 Informação do Conclusiva do Valor Estimado no evento [1069202](#).

Everaldo Cardoso Lopes
Secretário da Comissão de Gestão Documental
Responsável



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Membro da Comissão**, em 04/10/2023, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1069208** e o código CRC **E6423FB7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001833-88.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001833-88.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de Gestão da Memória Eleitoral do TRE-RO.

ASSUNTO: Dispensa Tradicional – Contratação de serviços especializados - Confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 223 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Gestão da Memória Eleitoral deste Tribunal, que tem como objeto a Contratação de serviços especializados de confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento [1064128](#).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do despacho n. 2205/2023 ([1064399](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, devolveu os autos ao Cerimonial para elaboração do Termo de Referência e Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1066368](#)) no valor de **R\$ 27.407,08** (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos), lastreada pelas cotações de preços juntadas no Volume I do processo;

II - cotações de preços e as respectivas certidões negativas das empresas participantes do processo ([1065999](#), [1066003](#)); ([1066014](#), [1066015](#)); ([1066020](#), [1066021](#)) e ([1066022](#), [1066023](#));

III - Termo de Referência Memória n. 6/2023 ([1066833](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação e aponta a empresa **VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**. CNPJ 43.594.727/0001-57 como vencedora da cotação de preços.

05. Por meio do Despacho n. 2269/2023 ([1066961](#)) o Secretário da SAOFC registrou que procedeu à abertura de processo administrativo SEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#) com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente com o intuito de aferir e evitar eventuais fracionamentos de despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 - seja por dispensa tradicional ou eletrônica - no Processo Administrativo e remeteu o feito à **SAC**, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à **COFC** para programação orçamentária e, por fim, a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico.

06. Verifica-se que a SAC solicitou diligências em razão da não utilização dos modelos padronizados e aprovados pela Administração deste Tribunal. Apontou, ainda, a ausência seguintes elementos no TR: a) descrição da solução como um todo; b) requisitos da contratação; e c) reajuste contratual - previsão obrigatória, independentemente, do prazo de vigência do contrato; por fim, ausência da indicação dos documentos que seriam anexos e vinculados ao TR, como, por exemplo, proposta de preços da contratada, documentos de habilitação e regularidade fiscal, ICVEC. Em razão da referida diligência, vieram ao processo os seguintes **novos documentos**:

I - Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento [1069182](#);

II - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1069202](#)) no valor de **R\$ 27.407,08** (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Termo de Referência Memória n. 1/2023 ([1069208](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação e aponta a empresa **VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** CNPJ 43.594.727/0001-57 como vencedora da cotação de preços;

IV - Certifico emitida pela unidade demandante noticiando que, após pesquisa no mercado local, as cotações de preços foram distribuídas de forma pessoal para os fornecedores locais que teriam as condições necessárias para a execução da prestação de serviços objeto da presente contratação.

Por fim, em sua análise, a SAC concluiu pela regularidade dos documentos do planejamento da contratação nos seguintes termos ([1071260](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa **VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA**, CNPJ: **43.594.727/0001-57**, para contratar com a Administração Pública.

4- Recomendamos a Unidade revisar a ordem dos capítulo nos próximos processos para que não haja erro de numeração.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e a referida **CONTRATAÇÃO DIRETA - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2023 - COMISSÕES/MEMORIA** ([1066833](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1065999](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

07. A programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento [1067705](#), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001833-88.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

11. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação

12. De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**, também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

13. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório, de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **dispensa de licitação** em razão do valor do objeto pretendido. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

14. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c)) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD:

16. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela Comissão de Memória para o registro de sua demanda ([1064128](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se que nas informações adicionais a unidade justificou de forma adequada a dispensa de equipe de planejamento, estudo técnico preliminar, mapa de riscos da contratação e equipe de gestão e fiscalização, indicando tão somente a não realização de dispensa eletrônica, nos seguintes termos:

A contratação será processada por dispensa eletrônica?

(x) Não. Justificar: Contratação de fornecedor exclusivo

17. Verifica-se ainda que a unidade demandante informou que a estimativa de preços seria realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa. Embora isso de fato ocorra nas **dispensas tradicionais**, não processadas na via eletrônica, tal alternativa foi criada no DFD para o rito das dispensas eletrônicas, tanto que o DFD pede a indicação da fonte orçamentária da despesa. Contudo, trata-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de simples erro material. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1069182](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2 Da análise da Estimativa da Despesa:

18. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**), ambos tratados nesta seção.

19. Em relação à justificativa do preço, tem-se que neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento ([1069202](#)) e demonstra que os **preços dos itens foram estimados com base em pesquisa direta com fornecedores**, apresentando a seguinte justificativa:

I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 65/21 foram utilizados:

...

(x) Inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

....

III - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:

() Sim

(x) Não (JUSTIFICAR):

Considerando tratar-se de contratação direta de equipamentos para entrega imediata instalação na Sede do TRE-RO, com prazo de confecção e instalação em, no máximo, 45 dias, a pesquisa ocorreu apenas na capital. Não foi utilizado o Painel de Preços e nem consultas de preços de contratações similares de outros entes públicos, uma vez que a intenção é consultar o mercado local, com vistas à aquisição e uso imediato do produto, e contratações de preços de empresas com sede nesta capital,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

verificação do material, estímulo à economia e manutenção do emprego no comércio local.

I - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

() Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):

COMO SE TRATA DE INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA:

I - Foram observadas as regras do art. 5º da IN 65/2021?

(x) **Sim.** Foram expedidas cotações a empresas que atuam no ramo objeto da contratação.

20. Como visto a unidade demandante informa que foram expedidas cotações às empresas que atuam no ramo no mercado local. Nessa hipótese, a IN SEGES/ME 65/2021 estabelece no inciso IV, § 2º do art. 5º que deverá vir ao processo a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação. Contudo, o membro da Comissão de Memória **certificou** que as cotações de preços foram distribuídas de forma pessoal aos fornecedores locais que teriam as condições necessárias para a execução da prestação de serviços objeto da demanda ([1069308](#)). Entende-se que a referida certidão supere a referida exigência acerca da transparência do ato.

21. Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade de 3 (três) das 4 (quatro) cotantes (as informações acerca do FGTS e da certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil da cotante ELISNEI ADAM SANTOS COSTA, CNPJ 09.202.639/0001-24 não são suficientes para comprovar sua regularidade - páginas 3 e 4 do evento [1066015](#)).

22. Assim, sagrou-se vencedora da cotação a empresa **VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** CNPJ 43.594.727/0001-57, com o menor preço de **R\$ 27.407,08** (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos), com certidões de regularidade juntadas no evento [1066003](#). Por tal motivo, por meio do procedimento de cotação de preços, resta demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais, quais sejam: a **justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**.

23. Nessa linha, sem adentrar no mérito das informações juntadas ao processo e registradas na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO e considerando ainda as justificativas relacionadas à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

metodologia para realização da pesquisa de preços, verifica-se que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.3 Do fracionamento de despesa: Inocorrência

24. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([0000533-91.2023.6.22.8000](#)).

25. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. Verifica-se pelo quadro juntado no evento ([1060315](#)) que não há registro de qualquer outra contratação de e serviços especializados em confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros, objeto do termo de referência em análise. Portanto, situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso I, art. 75, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021**.**

3.1.4 Da análise do termo de referência:

27. O Termo de Referência está disciplinado pelos arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 09/2022, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pelo Comissão de Memória para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1069208](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - A definição do objeto para o atendimento da necessidade - Capítulo 2:

Nota-se que a unidade demandante decidiu pelo **agrupamento de todos os serviços em lote único**.

De fato, tal procedimento está amparado por reiteradas decisões do TCU, *vg*, nos **Acórdão nº 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si**.

Contudo, orienta-se à unidade demandante que sempre justifique os agrupamentos e, caso não haja, adote a aquisição por itens isolados, procedimento que melhor atende ao princípio da proposta mais vantajosa

II - A previsão da contratação no Plano Anual de Capacitações de 2023 e a fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - A fundamentação ou justificativa da contratação -

Capítulo 3;

IV - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

V - Os requisitos da contratação - Capítulo 5;

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

A unidade registra que a contratação **não** trará impactos no aspecto da sustentabilidade, dada a natureza dos serviços, bem como em razão das estruturas de madeira que serão utilizadas **serem provenientes de reflorestamento**. Acrescenta que normalmente quem participa da licitação não é o fabricante, mas revendedores, distribuidores ou comerciantes, os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

A IN IBAMA nº 13/2021 estabelece no seu art. 10 que estão obrigadas à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente - a atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, nos termos do art. 2º, inciso I dessa norma. Assim, **orienta-se à unidade demandante que, previamente à execução dos serviços procure comprovar com o prestador que as madeiras que serão utilizadas nos serviços são de fato provenientes de reflorestamento**.

VII - O modelo de execução do objeto, com prazos, condições, além dos deveres e responsabilidades das partes - Capítulo 7;

De acordo com o item 7.1.1 o contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21, com as regras da Cotação de Preços e do Termo de Referência, situação que será relatada na conclusão deste parecer.

VIII - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 8;

IX - critérios de medição e de pagamento - Capítulo 09;

X - Reajuste contratual - Capítulo 10;

XI - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

A unidade demandante registra que a cotante **Elisnei Adam Santos Costa - ME - cotação no evento SEI [1066014](#)**, não foi habilitada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em razão das irregularidades no FGTS e Secretaria da Receita Federal do Brasil. Contudo, não há qualquer irregularidade no procedimento da cotação de preços na medida em que foram obtidas ao menos 3 (três) propostas válidas, dando-se cumprimento à regra do art. 5º inciso Iv da IN SEGES/ME nº 65/2021.

XII - Aderência orçamentária, com indicação da fonte - Capítulo 12;

XIII - forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13;

A unidade apresentou justificativa para a não utilização da dispensa eletrônica e a busca por fornecedores no mercado local.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

XV - Infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 14;

A reprodução DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS no capítulo 14, e não 15 como seria a ordem correta, configura-se mero erro material.

XVI - Anexos - Capítulo 15;

A reprodução dos ANEXOS no capítulo 15, e não 16 como seria a ordem correta, configura-se mero erro material.

28. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 1/2023 - COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV – CONCLUSÃO

29. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1069182](#)), da Informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC ([1069202](#)) e do Termo de Referência n. 1/2023 - COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1071260](#)) - podendo autoridade competente para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

II - Não há registro de fracionamento irregular de despesa, na forma analisada na seção 3.1.3 deste parecer;

III - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, do objeto especificado no termo de referência citado, diretamente com a empresa **Vinil DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** CNPJ 43.594.727/0001-57, pelo valor de **R\$ 27.407,08** (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos) vencedora da cotação de preços ([1065999](#)), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas no evento ([1066003](#)).

Registre-se que, conforme já apontado no item 7 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e comprovação da sua programação ([1067705](#)).

IV - Orientações à unidade demandante:

i. Revisar a ordem dos capítulos nos próximos processos para que não haja erro de numeração, vide item 4, conclusão da análise da SAC ([1071260](#));

ii. Sempre justifique os agrupamentos e, caso não haja justificativa razoável, adote a aquisição por itens isolados, procedimento que melhor atende ao princípio da proposta mais vantajosa;

iii. Previamente à execução dos serviços procure comprovar com o prestador que a madeira que será utilizada nos serviços é, de fato, proveniente de reflorestamento.

30. Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) - de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022** - e que da relação contratual não resultará obrigações futuras complexas para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Câmara, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento ([0981838](#))**.

31. Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da Autoridade Competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 11/10/2023, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072118** e o código CRC **E7A53840**.

0001833-88.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001833-88.2023.6.22.8000

INTERESSADO: CENTRO DE MEMÓRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de serviços especializados - Confeção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO.

DESPACHO Nº 1214 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Gestão da Memória Eleitoral deste Tribunal, que tem como objeto a contratação de serviços especializados de confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD, juntado no evento [1069182](#).

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 2205/2023 ([1064399](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à Comissão de Gestão da Memória Eleitoral, para elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Documento de Formalização de Demanda ([1069182](#)); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1069202](#)); **c)** Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)), que reproduziu as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 4 (quatro) empresas apresentaram propostas e apenas 3 (três) demonstraram condições de habilitação, sendo vencedora a proposta da empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, no valor de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos). As certidões de regularidade da referida empresa foram juntadas no evento [1066003](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Seção de Apoio às Contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)), complementado pela cotação de preços ([1065999](#)) e demais elementos contidos no processo, o qual encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 ([1071260](#)).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([1067666](#)). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 27.407,08 ([1067705](#)), para custear o valor total da despesa.

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 223/2023 ([1072118](#)), opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)) - também analisado e tido por regular pela SAC ([1071260](#)), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, do objeto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas no evento [1066003](#).

Ressaltou, no item 29, subitem IV, orientações à Comissão de Gestão da Memória, acerca da necessidade de observância e cumprimento das regras de regência sobre a elaboração dos documentos relativos à pretensa contratação do objeto. Por fim, ressaltou que o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010-1ª Câmara.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação tradicional e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação e do Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informação conclusiva do valor estimado ([1069202](#)); contratação direta da empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 27.407,08; publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP; e necessidade de observância das orientações emitidas pela Assessoria Jurídica, com a finalidade de orientar a Comissão de Gestão da Memória no que tange a elaboração dos documentos relativos à pretensa contratação do objeto (Manifestação n. 443/2023-GABSAOFC - [1072304](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que a presente contratação foi elaborada pelas regras do novo regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Conforme relatado, a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral pleiteou a presente contratação, para atender demanda da Administração deste Tribunal, visando a padronização das Galerias das autoridades do TRE-RO e sua complementação, de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020, bem assim, o aprimoramento da gestão da memória eleitoral brasileira e institucional por meio da pesquisa, identificação, coleta, registro, tratamento técnico, conservação, restauração, preservação, produção de conteúdo, divulgação de acervos e do patrimônio histórico da Justiça Eleitoral, consubstanciado na implementação efetiva na Política de Acervos nos termos dos arts. 44 e 46 da Lei n. 11.904/2009, e cumprimento dos critérios e requisitos propostos na Resolução CNJ n. 324/2020, além dos instrumentos necessários à efetiva gestão da memória também publicados pelo CNJ a exemplo do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário.

Assim, verifica-se que o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

Ademais, denota-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)**. Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Além disso, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes ([1069202](#)), sagrando-se vencedora a empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, pelo valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos). As certidões de regularidade foram juntadas no evento [1066003](#). Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação enquadra-se dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022. Em razão disso, é possível concluir pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

No caso em análise, verifica-se que a unidade demandante cuidou de inserir no TR os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Também, observa-se que estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, consistentes nos seguintes: a) Documento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1069182](#)); b) Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1069202](#)); e c) Termo de Referência ([1069208](#)).

Analisando os autos, a AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022. **Todavia, constatou a necessidade de expedir as seguintes orientações à unidade demandante:**

IV - Orientações à unidade demandante:

- i. Revisar a ordem dos capítulos nos próximos processos para que não haja erro de numeração, vide item 4, conclusão da análise da SAC ([1071260](#));
- ii. Sempre justifique os agrupamentos e, caso não haja justificativa razoável, adote a aquisição por itens isolados, procedimento que melhor atende ao princípio da proposta mais vantajosa;
- iii. Previamente à execução dos serviços procure comprovar com o prestador que a madeira que será utilizada nos serviços é, de fato, proveniente de reflorestamento.

Assim, no intuito de aprimorar cada vez mais os procedimentos de contratação neste Regional, a unidade demandante deve observar as orientações normativas acerca da matéria, dentre as quais as indicadas pela Assessoria Jurídica, supramencionadas.

Por fim, devido tratar-se de dispensa em razão do valor, a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral informa que o **contrato será substituído pela nota de empenho** na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21. As regras da Cotação de Preços constam no Termo de Referência.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA ([1069208](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas do artigo 6º; § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [1069202](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos), em seu favor;

5 - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, nos termos do item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; e

6 - Determino que a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral (unidade demandante) observe e cumpra as orientações expedidas pela AJSAOFC, na forma descrita no item 29, subitem IV, do Parecer Jurídico nº 223/2023 ([1072118](#)).

À SAOFC para a continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/10/2023, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072717** e o código CRC **90F956F7**.